

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DO LITORAL NORTE - OSÓRIO/RS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: LICENCIATURA**

JACQUELINE BORGES SOARES

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO:**

Percepções de professores atuantes em escolas públicas municipais de Tramandaí

OSÓRIO-RS

2023

JACQUELINE BORGES SOARES

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO:**

Percepções de professores atuantes em escolas públicas municipais de Tramandaí

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora, como
requisito parcial para a obtenção do título
de licenciada em Pedagogia na
Universidade Estadual do Rio Grande Do
Sul

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciane Sippert
Lanzanova

Co-orientadora: Prof.^a Esp. Luciane
Marangon Della Flora

OSÓRIO-RS

2023

Catálogo de publicação na fonte (CIP)

S676e Soares, Jacqueline Borges

Educação inclusiva e o processo de alfabetização e letramento: percepções de professores atuantes em escolas públicas municipais de Tramandaí, A / Jacqueline Borges Soares. – Osório: Uergs, 2023.

62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, Unidade Osório, 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciane Sippert Lanzasova

Coorientadora: Prof.^a Esp. Luciane Marangon Della Flora

1. Inclusão. 2. Educação. 3. Escola. 4. Trabalho de Conclusão de Curso. I. Lanzasova, Luciane Sippert. II. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, Unidade Osório, 2023. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Marcelo Bresolin CRB 10/2136

JACQUELINE BORGES SOARES

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO:**

Percepções de professores atuantes em escolas públicas municipais de
Tramandaí

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia na Universidade estadual do
Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciane Sippert
Lanzanova

Co-orientadora: Prof.^a Esp. Luciane
Marangon Della Flora

Aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Luciane Sippert Lanzanova- Orientadora
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Prof.^a Dr.^a Helena Venites Sardagna- Membro Da Banca Avaliadora
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Prof.^a Dr.^a Arisa Araújo da Luz
Membro Da Banca Avaliadora Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
(UERGS)

OSÓRIO-RS

2023

Dedico esse trabalho de conclusão de Curso (TCC) para meus filhos, Lorenzo Borges e Lavínia Borges, à minha mãe Maria Terezinha, minha irmã Rebeca e ao meu grande parceiro de vida Everson Cardoso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me concedido essa oportunidade de ingressar em uma universidade, por ter me dado força, sabedoria e direção durante todo o percurso de elaboração deste trabalho. Sem sua ajuda e orientação, não teria conseguido chegar até aqui.

Gostaria também de expressar minha gratidão ao meu esposo, Everson Cardoso, e aos meus filhos, Lorenzo Borges e Lavínia Borges, por me apoiarem e compreenderem minha ausência em alguns momentos e me encorajarem a seguir em frente, mesmo quando as coisas pareciam difíceis. Vocês são minha base, minha motivação é meu porto seguro para seguir adiante!

À minha irmã Rebeca (com **Síndrome de Down**), que sempre me inspirou a ser a melhor versão de mim mesma e que foi uma presença constante em minha vida, desde a infância até agora. Seu exemplo de determinação e perseverança foram fundamentais para me incentivar a concluir este projeto. Também gostaria de agradecer à minha orientadora Professora Luciane Sippert Lazzanovska, pela orientação, paciência e encorajamento, pelos seus pensamentos positivos e apoio durante todo o processo. Seu conhecimento e orientação foram inestimáveis e me ajudaram a superar muitos obstáculos no percurso da caminhada deste projeto, pois “você é um ser de luz!”.

Não poderia esquecer de agradecer à minha co-orientadora Professora Luciane Marangon Della Flora, pela contribuição imprescindível na correção deste projeto. Não posso deixar de reconhecer o papel fundamental desempenhado por elas, cuja participação resultou em melhorias significativas na qualidade e precisão deste trabalho. Deixo meu agradecimento aos demais professores, amigos e colegas, enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para este projeto. Suas ideias, sugestões e críticas foram fundamentais para a evolução deste trabalho.

A todos, meu sincero agradecimento e minha gratidão eterna.

“A inclusão acontece quando se aprende
com as diferenças e não com as
igualdades”.
(Paulo Freire)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a percepção dos professores alfabetizadores que atuam em escolas públicas municipais de Tramandaí em relação à legislação inclusiva, à flexibilidade no planejamento e à prática em sala de aula. Para tanto, foram realizadas análises bibliográficas e aplicação de questionários, buscando refletir sobre o contexto atual, marcado por desafios e defasagens na construção de uma educação inclusiva efetiva, em meio a uma longa história de discriminação e violência. Por meio de análises bibliográficas e de questionários foi realizada uma reflexão sobre o contexto atual, relacionado a longa jornada de discriminação e violência com a defasagem e os desafios de uma educação de fato inclusiva. Ao trazer à tona o discurso e a legislação que garantem a permanência das crianças com deficiência na escola regular, este estudo visa atender às suas necessidades pedagógicas de forma eficiente, vislumbrando uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento pleno de todas as potencialidades dos estudantes. Destaca-se também as dificuldades e barreiras encontradas em turmas de alfabetização que incluem alunos com transtornos ou deficiências. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para a compreensão das percepções dos professores no processo de alfabetização e letramento, enfatizando a importância de uma prática pedagógica inclusiva e de qualidade. Para superar os desafios e proporcionar igualdade de oportunidades de aprendizado para todos os alunos, é fundamental o engajamento de toda a comunidade educacional.

Palavras chaves: Inclusão; educação; escola; alfabetização e letramento; educação especial.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the perceptions of literacy teachers working in public municipal schools in Tramandaí regarding inclusive legislation, planning flexibility, and classroom practices. To achieve this goal, bibliographic analyses and questionnaires were conducted, aiming to reflect on the current context marked by challenges and shortcomings in the construction of effective inclusive education, amidst a long history of discrimination and violence. By examining the literature and survey data, a reflection on the current context was carried out, considering the enduring journey of discrimination and violence alongside the gaps and challenges of truly inclusive education. Shedding light on the discourse and legislation that ensure the inclusion of children with disability in regular schools, this study seeks to address their pedagogical needs efficiently, envisioning a high-quality education that promotes the full development of all students' potentialities. The difficulties and barriers encountered in literacy classes that include students with disorders or disabilities are also highlighted. Thus, this work aims to contribute to the understanding of teachers' perceptions in the process of literacy and lettering, emphasizing the importance of inclusive and high-quality pedagogical practices. Overcoming these challenges and providing equal learning opportunities for all students necessitates the engagement of the entire educational community.

Keywords: Inclusion; education; school; literacy and lettering; special education.

ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado;

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso;

SISU - Sistema de Seleção Única

LDBN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

PcD- Pessoas com deficiência

APAEES- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR.....	15
2.2 UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DESDE 1980	18
2.3 INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	18
2.4 ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO QUE orientam A INCLUSÃO ESCOLAR	21
2.5 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O QUE É? CONCEITO?.....	23
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A - Roteiro do questionário	46

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema as “Percepções de professores sobre o processo de alfabetização e letramento na perspectiva inclusiva, nos anos iniciais em escolas públicas de ensino fundamental do município de Tramandaí do Rio Grande do Sul”. A alfabetização e o letramento são habilidades fundamentais para a vida, pois permitem a compreensão e produção de textos escritos, bem como a participação ativa na sociedade. No entanto, para muitas crianças com deficiência, o processo de alfabetização e letramento pode ser um desafio ainda maior. A inclusão escolar desses estudantes é uma questão importante, que pode exigir a adaptação de métodos e recursos de ensino para atender às suas necessidades individuais. Segundo Oliveira (2022, p.53):

Sem dúvida, a garantia desse direito tem, nas últimas décadas, inúmeros esforços de pesquisa com o intuito de tentar mostrar que qualquer projeto de escola com perspectiva inclusiva requer uma transformação, especialmente, em relação às mudanças de conceitos e atitudes diante da diversidade humana. Portanto, acolher essa diversidade significa, também, buscar conhecimentos novos que respeitem as suas especificidades e ajudem a lidar com elas.

O processo de inclusão escolar tem como objetivo garantir que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade. No entanto, a inclusão de crianças com deficiência ou transtornos de aprendizagem no processo educacional. Essas crianças muitas vezes precisam de adaptações curriculares, recursos especializados e professores capacitados para atender às suas necessidades específicas. Assim, como destaca Oliveira (2022, p. 55):

[...] “necessidades educacionais especiais”, para se valer do princípio fundamental de uma escola com perspectiva inclusiva, qual seja: o de que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer diferenças ou dificuldades que elas apresentam.

A área da educação tem hoje a tarefa de estimular e apresentar opções viáveis para que indivíduos que estejam total ou parcialmente excluídos do sistema educativo possam ter oportunidades reais de reintegração. Isso ocorre por meio da participação ativa e da luta pelos direitos sociais, além de recuperar a cidadania de forma universal. O interesse nesse problema está motivando a reestruturação de amplos sistemas de ensino, que, conseqüentemente, estão implementando medidas coerentes, como, por

exemplo, empenhar-se ao máximo para garantir que a educação seja acessível a todos os estudantes em ambientes regulares e não segregados. Sasaki (2003) afirma que:

Educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (SASSAKI, 2003, p.15).

Nesse contexto, o tema deste trabalho é de extrema relevância, pois aborda a questão da alfabetização e letramento de estudantes com deficiência no processo de inclusão escolar. É fundamental que as escolas e os docentes busquem formações dentro deste campo para apoiar a aprendizagem desses estudantes, utilizando estratégias adequadas que atendam às suas necessidades individuais. Segundo Oliveira (2022, p. 55), é fundamental compreender que a educação inclusiva é um processo em andamento e não uma meta que possa ser alcançada de forma imediata.

O interesse pelo tema da educação inclusiva foi despertado e intensificado quando minha irmã atingiu a idade para ingressar nos anos iniciais do ensino. A profunda afeição e cuidado que eu nutria por ela, que possui a Síndrome de Down, despertaram em mim o desejo de fazer a diferença na vida de crianças com deficiência. A partir desse momento, minha curiosidade foi aguçada e minha motivação. Assim, como destaca Silva (2017, p. 89), “Não sou eu que aceito o diferente, que trabalha com o diferente, mas é o diferente que conseguiu me colocar no mundo dele da maneira mais maravilhosa possível. Porque para eles é difícil”.

Ao testemunhar o amor e o carinho que nutria por minha irmã, senti uma responsabilidade crescente em contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Percebi que a educação desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e do desenvolvimento pleno de crianças com deficiência. Essa experiência despertou em mim uma paixão por trabalhar em prol da inclusão educacional, buscando oportunidades de aprendizado e crescimento para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou diferenças.

Embora tenha enfrentado uma série de desafios e críticas, a profissão de professor é fundamental para a sociedade e não pode ser subestimada. Muitos me argumentaram quando falei que iria iniciar um curso de licenciatura em pedagogia que

os salários são baixos e que o esforço dedicado aos estudos não é recompensado adequadamente. Além disso, há aqueles que falaram que os professores passam o resto de suas vidas cuidando dos filhos de outras pessoas assim como teve os que me argumentaram que eu iria ter que lidar com comportamentos desafiadores de alunos mal-educados, se eu estava preparada para lidar com os desafios dessa profissão. Sendo uma ex estudante da EJA, consegui através da nota do Enem por meio do SISU, a bolsa para ingressar na pedagogia, e poder trabalhar com o que eu realmente gosto Educação Especial.

Nesse sentido, buscamos responder às seguintes perguntas de pesquisa: Como as escolas participantes estão organizadas para promover a alfabetização e letramento na perspectiva da educação inclusiva? Que elementos podem ser evidenciados nesse processo? Que práticas metodológicas podem contribuir para potencializar esse processo?

Partindo da hipótese de que os processos de alfabetização e letramento pensados numa perspectiva da educação inclusiva nas escolas comuns de ensino ainda é um grande desafio para os professores. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar a percepção dos professores alfabetizadores que atuam em escolas públicas municipais de Tramandaí em relação à legislação inclusiva, à flexibilidade no planejamento e à prática em sala de aula.

Para tanto, procurou-se retomar os conceitos de alfabetização e letramento; compreender a importância da alfabetização e letramento para o processo de desenvolvimento inclusivo de uma pessoa e investigar as principais dificuldades de aprendizagem que afetam a aquisição da alfabetização e letramento na percepção dos professores.

2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGISLAÇÃO VOLTADA À INCLUSÃO

Neste capítulo, abordaremos o contexto histórico da inclusão no Brasil e, para essa discussão, faremos uso das contribuições relevantes de alguns autores que pesquisam sobre o assunto, para uma melhor compreensão. Sendo assim, iremos dividir este assunto em três sessões, apresentando uma breve perspectiva histórica da inclusão.

Brasil (2013) ressalta a importância de cuidar e educar como um direito fundamental para o desenvolvimento humano. Ao mencionar o acolhimento de todos, incluindo estudantes com deficiência, destaca-se a necessidade de oferecer uma atenção adequada e respeitosa a essa parcela da população. Essa perspectiva vai ao encontro dos princípios da inclusão, que buscam garantir a participação plena e igualitária de todos os indivíduos na sociedade, sem qualquer forma de discriminação ou exclusão. Nesse sentido, compreender o contexto histórico da inclusão no Brasil é fundamental para compreender como esses princípios têm sido incorporados e implementados ao longo do tempo.

Até a década de 1960, pessoas com deficiência não eram permitidas serem matriculadas em escolas regulares e, em vez disso, frequentavam instituições especializadas com foco em assistência em vez de educação. Isso se deve ao estigma social ainda hoje às deficiências. Essa abordagem separada de Educação Especial foi conhecida como "segregação".

Isso porque a sociedade atribuía a esses indivíduos o estigma incapacidade. Dessa forma, a Educação Especial acontecia separada, em paralelo ao ensino comum. De um lado, estavam as escolas comuns que atendiam estudantes considerados "normais", ou seja, aqueles que satisfaziam aos padrões socialmente estabelecidos; de outro, estavam as escolas especiais que ocupavam o atendimento educacional das pessoas com deficiência. Todo esse período ficou conhecido como segregação (UZÉDA, 2019, p. 11).

O objetivo principal da educação inclusiva é promover a igualdade de oportunidades educacionais, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma

educação de qualidade. Ao criar um ambiente inclusivo, acredita-se que as crianças podem se beneficiar mutuamente, aprendendo com suas diferenças e desenvolvendo uma compreensão e respeito maior pela diversidade.

Para Pereira (2020), neste período histórico no Brasil, ocorreu um movimento para a "integração" escolar, em que pessoas com deficiência (PcD) foram matriculadas em escolas comuns. A autora ressalta que a legislação não abordou nem estabeleceu as diretrizes para a integração, limitando-se apenas a reconhecer a importância de um tratamento diferenciado, o que, na realidade, revelava uma segregação evidente.

Historicamente, os estudantes com deficiência foram excluídos do sistema educacional comum. A luta dos movimentos das PcD foi alterando os contextos e paradigmas em torno da atenção dada a esse grupo: partiu da total exclusão do contexto social, passando para uma condição de segregação até iniciar a integração social e, hoje, a inclusão.

Tendo em vista, que o entendimento da legislação nacional atual visa garantir a todo estudante uma educação de qualidade, voltada para o desenvolvimento global do educando, é pertinente discutirmos sobre o histórico de concepção da educação inclusiva no Brasil. Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito que todas as pessoas têm e é uma obrigação tanto do Estado quanto da família. Para isso, é necessário o envolvimento da sociedade, a fim de garantir o pleno desenvolvimento das pessoas, preparando-as para exercerem seus direitos de cidadania e para serem bem qualificadas no mercado de trabalho.

Em 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas determinou que todos os países membros deveriam empreender esforços para desenvolver e implementar políticas e medidas que promovam a construção de sociedades inclusivas em suas próprias nações. Em outras palavras, cada país deve trabalhar internamente para criar um ambiente social que valorize e respeite a diversidade humana e garanta que todas as pessoas tenham acesso igualitário a oportunidades e serviços sociais

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de "integração institucional" que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os ditos normais" (BRASIL, 2010, p. 12).

A educação inclusiva é um conceito que se tornou conhecido graças à Declaração de Salamanca, um documento internacional importante nessa área. Basicamente, a idéia central da educação inclusiva é garantir que todas as crianças, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais, educacionais ou linguísticas, tenham a oportunidade de frequentar a mesma escola comum (UNESCO, 1994).

Segundo a lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 1º, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. “Assim, a ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças com deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja” (MENEZES, 2021, p. 45).

A partir das normativas estabelecidas com a Declaração de Salamanca, abriu-se um mundo de possibilidades a todos aqueles que anteriormente à sua existência eram privados de uma educação voltada a seus interesses, capacidades e condições de aprendizagem. Não sendo mais aceito neste lugar um professor que:

Desrespeita a curiosidade do educando, [...] que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que ‘ele se ponha em seu lugar’ ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, [...] transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência (FREIRE, 1974, p. 81).

Em 1996, o Brasil garantiu legalmente o atendimento educacional especializado e normatizou que o mesmo deveria ser ofertado na rede regular de ensino. De acordo

com a lei de diretrizes e bases da educação nacional, o estudante com deficiência, teria direito a um atendimento voltado a suas especificidades, respeitando suas dificuldades e valorizando suas habilidades.

É evidente, ao observar esse breve panorama histórico, que ao longo do tempo tem havido um progresso notável na ampliação dos direitos e na busca pela igualdade de condições para as pessoas com deficiência (PcD). O reconhecimento e a valorização da diversidade humana são fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

2.2 UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DESDE 1980

No artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é definida como um direito de todos e deve garantir o desenvolvimento pleno da pessoa, a prática da cidadania e a qualificação para o trabalho. Além disso, o artigo 206, inciso I, enfatiza a importância da igualdade de condições para acessar e permanecer na escola. É crucial que pessoas com PcD sejam incluídas e permaneçam no ambiente escolar para que suas habilidades físicas, sensoriais e intelectuais sejam desenvolvidas adequadamente.

No Brasil, a inclusão escolar ganhou impulso com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a igualdade de direitos para todas as pessoas, sem distinção de qualquer natureza, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), de 1996, que prevê a inclusão de alunos com PcD em classes comuns do ensino regular.

No entanto, é notável que tanto no cenário internacional quanto no Brasil, a demanda por uma inclusão efetiva tem ganhado cada vez mais destaque e importância.

2.3 INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

É importante destacar que outros países também experimentaram um aumento significativo nas matrículas em períodos semelhantes ao do Brasil.

Sem dúvida, a garantia desse direito tem impulsionado, nas últimas décadas, inúmeros esforços de pesquisa com o intuito de tentar mostrar que qualquer projeto escolar com perspectiva inclusiva requer uma transformação,

especialmente, em relação às mudanças de conceitos e atitudes diante da diversidade humana(OLIVEIRA, 2022, p. 53-54).

A inclusão é um conceito que se refere à busca por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a direitos e oportunidades. O objetivo da inclusão é garantir que todas as pessoas possam participar plenamente da vida em sociedade, exercer sua cidadania e ter suas necessidades e potencialidades reconhecidas e valorizadas. Segundo Santos e Sardagna (2016), o imperativo da lei prevê que não basta integração, mas sim, trabalhar para que a inclusão atinja a todos. Nesse sentido, incluir abrange participação e não apenas do sujeito em si.

Como consequência dessa mobilização, houve um aumento da atenção global em relação a esses indivíduos, abrangendo nas mais diferentes dimensões, com destaque para Educação.

Assim relata Mantoan (2004) dizendo que: Temos que recuperar com uma certa urgência a confiança dos professores, para eles saberem lidar e desenvolver uma prática docente com alguma perspectiva, sem exceção de qualquer estudante, mas ele fala que para isso acontecer é necessário que os professores recebam cursos que abordem estratégias didáticas possibilitando um ensino de qualidade, assim também eles possam desenvolver uma prática docente realmente inclusiva.

Em uma análise contemporânea sobre a temática da inclusão, Santos e Sardagna (2016) mencionam que o discurso da inclusão é moldado pela lógica da construção histórica legal. Esse processo de construção é influenciado por uma variedade de interesses, resultando em um discurso que busca promover a inclusão como prática discursiva e como um imperativo do Estado. Nesse sentido, o objetivo principal é alcançar a todos, independentemente das vontades individuais das pessoas envolvidas.

A autora ressalta a importância de compreender essa configuração histórica e as influências multifacetadas na busca pela inclusão em nossas sociedades contemporâneas. Apesar desses desafios, é importante destacar que a inclusão escolar é um direito garantido por lei e que há um esforço contínuo para tornar essa inclusão uma realidade, visando à igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas particularidades.

Além disso, é importante ressaltar que a necessidade de mudança no modelo educacional é cada vez mais evidente, uma vez que as demandas da sociedade atual estão em constante evolução. É fundamental repensar as abordagens pedagógicas, promover a criatividade e o pensamento crítico, bem como valorizar a diversidade de habilidades e estilos de aprendizagem. Segundo Oliveira (2022), portanto, acolher essa diversidade significa, também, buscar conhecimentos novos que respeitem as suas especificidades e ajudem a lidar com elas. Ademais, devemos considerar a incorporação de novas tecnologias e práticas inovadoras, a fim de preparar os estudantes para os desafios e oportunidades. Oliveira (2022) menciona que essa importância é ainda maior se nela forem valorizados os cenários de diversidade e de diferenças, sem se preocupar com os padrões para o desenvolvimento linguístico. Portanto, é fundamental aproveitar esse momento de crise como uma janela de oportunidade para repensar e reformular o sistema educacional.

Quando mencionamos o contexto da inclusão, é sobre todos os meios, que a sua integridade seja mantida em diferentes contextos: casa, escola, igreja, praça, supermercado, dentre outros. Caso não ocorra temos que manter uma atenção mais especial a esse aspecto. Segundo Cunha (2013)

A política de integração havia resultado em uma estrutura educacional fragmentada, nem sempre acessível a todos. Em contrapartida, iniciaram-se movimentos no mundo com ênfase na consciência e no respeito à diversidade, produzindo mudanças no papel da escola que passou a responder melhor às necessidades dos estudantes. Começava a surgir o conceito de inclusão. (CUNHA, 2013, p. 35).

A noção de inclusão vem se fortalecendo cada vez mais, ainda que as pessoas com necessidades especiais enfrentam inúmeras barreiras em seu cotidiano. A exclusão escolar é um obstáculo que se destaca e tem sido combatido com determinação. Ao compreendermos a evolução histórica das ideias e formas de atendimento e educação voltadas para alunos com deficiência, é possível vislumbrar as mudanças de paradigmas que fundamentam as diferentes práticas em Educação Especial. Por meio dessa compreensão, tornam-se mais claras as transformações que ocorreram no modo de pensar e agir em relação à educação inclusiva. Assim como menciona Schuchter (2018) é fundamental compreender o conceito de inclusão como um processo que visa a universalização do ensino fundamental, a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e indígena nos currículos da educação básica, a

implementação de modalidades de educação básica voltadas para comunidades quilombolas, indígenas, rurais, jovens e adultos, bem como para a Educação Especial. Além disso, destaca-se a importância das políticas de reparação e da busca por uma educação acessível a todos os indivíduos.

2.4 ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO QUE ORIENTAM A INCLUSÃO ESCOLAR

Esta sessão visa discorrer sobre a legislação voltada à inclusão escolar. Nessa perspectiva, o propósito da Constituição Federal consiste em estabelecer uma sociedade equitativa, que não exclui ou demonstra preconceito, visando a integração completa e integridade de todos.

Na Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelecem os objetivos fundamentais do país, que incluem construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, além de promover o bem de todos sem discriminação. Também garantem direitos sociais, como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social e proteção às pessoas portadoras de deficiência. A assistência social deve ser prestada a quem necessitar, independente de contribuição à seguridade social, visando habilitar e reintegrar pessoas com deficiência à vida comunitária, garantindo um salário mínimo mensal de benefício para elas. Esses artigos são fundamentais para buscar uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Art 3 Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

1- construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

(...)

Art 6 São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional n' 26, de 2000)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão

Art 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a

promoção de sua integração à vida comunitária
 V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa Portadora.(BRASIL, 1988)

O educador de pessoas com deficiência tem seu papel garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), de 1996. A educação deve ser oferecida a todos de forma igualitária, com respeito à liberdade e à tolerância. O Estado tem o dever de garantir educação especializada gratuita para estudantes com deficiência, preferencialmente dentro da rede regular. A educação, dever da família e do Estado, busca o desenvolvimento pleno do aluno, preparando-o para a cidadania e o trabalho.

Art. 3 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 1- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola:
 IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância
 Do Direito à Educação e do Dever de Educar
 Art 4 O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de
 III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.
 Art. 20 A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(BRASIL,1996)

De acordo com a legislação citada acima, podemos constatar que, muitos são os direitos garantidos à criança, principalmente quando nos referimos ao âmbito escolar. Contudo, é necessário que as escolas estejam preparadas para receber os alunos com deficiência. Aqui não estamos nos referindo a rampas e aparatos estruturais, mas sim a um pensamento realmente voltado à inclusão.

Destaca Maciel (2000) que cada tipo de deficiência (física, mental e auditiva) resulta em diferentes comportamentos, preconceitos e preocupações. As deficiências físicas são mais visíveis e, portanto, geram apreensão imediata, enquanto as deficiências mentais e auditivas podem passar despercebidas inicialmente, mas causam estresse quando sua realidade é reconhecida.

A falta de conhecimento da sociedade em relação à deficiência e como isso leva a uma percepção equivocada dessa condição. Ele argumenta que a deficiência é frequentemente vista como uma doença crônica, um fardo ou um problema, em vez de ser compreendida como uma característica diversa e natural da condição humana. A gravidade do estigma associado à deficiência, descrevendo como isso afeta

negativamente as pessoas com deficiências visuais, auditivas, mentais ou físicas. Essas pessoas são estereotipadas como seres incapazes, indefesos e sem direitos, constantemente colocadas em segundo plano na sociedade.

A falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas, surdas e com deficiências mentais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas. É necessário muito esforço para superar este estigma. (MACIEL, 2000. p. 2)

O estigma exige um esforço considerável. Essa afirmação sugere a necessidade de educar a sociedade sobre a deficiência, promover uma mudança de atitude e garantir que as pessoas com deficiência sejam tratadas de forma igualitária, com seus direitos e habilidades reconhecidos.

Socialmente, as pessoas com deficiências ou transtornos sofrem diariamente com as sequelas de uma sociedade excludente. Apesar de muito se discutir sobre esta temática, é preciso que haja uma mudança cultural a respeito da forma como encaramos o que é diferente do dito “normal”, do sujeito típico para o atípico. Segundo assegurado pelo decreto Decreto nº 6.094/07:

Estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas. (BRASIL, 2007)

O Compromisso Todos pela Educação no Brasil, estabelecido em 2007, inclui a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão nas escolas públicas. Isso busca oferecer igualdade de oportunidades e criar ambientes educacionais adaptados para todos os estudantes, independentemente de suas condições.

2.5 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O QUE É? CONCEITO?

Compreende-se por alfabetização o ato de entender o sistema formal de escrita, ou seja, a capacidade de decodificar símbolos, fonemas e grafemas. De acordo com Dicionário Aurélio (1999), alfabetizar é “ensinar a ler”. Em suma, o conceito de alfabetização nas palavras de Street enfatiza a natureza social e cultural da alfabetização, a diversidade de práticas de letramento e a importância de valorizar os

conhecimentos e práticas locais. Street (2014) argumenta que a alfabetização deve ser vista como um processo dinâmico, situado e inclusivo, que promova a participação e o empoderamento das comunidades.

Alfabetização e letramento são dois conceitos fundamentais no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. A alfabetização é o processo de ensino e aprendizagem das habilidades básicas de leitura e escrita, ou seja, o domínio do código alfabético da língua, através da decodificação das letras e da formação de palavras.

Já o letramento envolve a capacidade de uso da leitura e da escrita em diferentes contextos sociais, de forma funcional e crítica. Soares (2021) nos traz que o letramento permite a compreensão de textos diversos, a importância de reconhecer e valorizar os conhecimentos e as práticas de letramento que as pessoas trazem de suas próprias culturas e experiências. Street (2014) argumenta em suas pesquisas que os educadores devem adotar uma abordagem de letramento "autônomo", que valorize e construa a partir dos recursos de letramento existentes nas comunidades, em vez de impor uma visão dominante de alfabetização.

Street (2014) menciona que, por trás dessas declarações, se encontra normalmente uma imagem muito ocidentalizada e estreita do que seja o "letramento", isto é, textos adequados ao contexto e aos interlocutores, a interpretação de informações, a reflexão crítica sobre o que é lido e escrito e o uso da língua escrita para a participação em práticas sociais. Segundo Soares (2020) a habilidade de escrever foi desenvolvida como uma forma de tecnologia que, como qualquer outra tecnologia, foi criada para atender às necessidades sociais, religiosas e culturais da época.

[...] a capacitação especificamente humana para a linguagem habilita as crianças a providenciarem instrumentos auxiliares na solução de tarefas difíceis, a superar a ação impulsiva, a planejar uma solução para um problema antes de sua execução e a controlar seu próprio comportamento. Signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas. As funções cognitivas e comunicativas da linguagem tornam-se, então, a base de uma forma nova e superior de atividade nas crianças, distinguindo-as dos animais. (VYGOTSKY, 1991, p. 31)

As transformações operadas por um programa de letramento na contemporaneidade possuem a capacidade de atingir as raízes profundas das crenças culturais. Essa dimensão impactante, entretanto, muitas vezes passa despercebida em meio a um paradigma que concebe a leitura e a escrita como meras habilidades técnicas.

De acordo com Soares (2003), a alfabetização e o letramento são processos diferentes, mas que estão relacionados e são igualmente importantes. Segundo a autora, é necessário proporcionar aos estudantes oportunidades para produzir e ler textos significativos, levando em consideração a diversidade dos grupos sociais presentes na sala de aula. Street (2014) refere que em tantos casos moderados, a população local tinha prática letrada própria que foram desvalorizadas pelo padrão que estava sendo introduzido. Pessoas não são "tábuas rasas" à espera da marca inaugural do letramento. Isso significa que é preciso não apenas ensinar a ler e escrever, mas também desenvolver habilidades de leitura crítica e produção de textos adequados ao contexto em que os estudantes estão inseridos. Soares (2008, p. 3) define essa abordagem como "alfabetizar letrando".

Ambos os processos são interdependentes e complementares, sendo que a alfabetização é a base para o desenvolvimento do letramento. Porém, o letramento vai além da decodificação das letras e palavras, pois envolve a utilização da língua escrita em diferentes esferas da vida social.

Saber ler e escrever possibilita o sujeito do seu próprio conhecimento, pois sabendo ler, que se torna capaz de atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade através da escrita e, desse modo, produzir, que também, um conhecimento. (BARBOSA, 2013, p.19)

Quando falamos em letramento, digamos que ele não é um fenômeno neutro, mas está enraizado em estruturas de poder e desigualdades sociais. Através de sua abordagem crítica, Street (2014) busca evidenciar as implicações políticas e sociais do letramento, levando em consideração questões de identidade, poder e acesso à participação plena na sociedade. Dessa forma, o conceito de letramento segundo Street em 2014 vai além das habilidades básicas de leitura e escrita, abarcando as práticas sociais e culturais envolvidas na utilização da linguagem escrita, bem como as implicações sociais e políticas relacionadas a essas práticas.

A familiaridade com o conteúdo e o contexto afeta o que era considerado como habilidade neutras, independente de contexto na decodificação da escrita. Enquanto eu fazia pesquisa entre estudantes adultos em curso de alfabetização numa instituição do Reino Unido, alguns alunos me disseram que não conseguiam aprender a ler e escrever corretamente porque "não sabiam falar direito": ou seja, seu dialeto ou sotaque diferia do inglês padrão. (STREET, 2014, p. 36)

Em todos os contextos da sociedade, é perceptível a presença de obstáculos e dificuldades relacionados ao letramento em variados contextos. Além disso, é fundamental compreender que o próprio conceito de letramento é essencial, influenciado e moldado pelos diferentes cenários e dinâmicas sociais em que se manifesta. Por isso, é importante que a alfabetização e o letramento sejam trabalhados de forma integrada e contínua ao longo do processo educacional e ao longo da vida. Segundo Street (2014), é difícil fixar um único critério objetivo para uma habilidade amplamente representada como a chave para o progresso individual e social.

A alfabetização é fundamental para o desenvolvimento das habilidades básicas de leitura e escrita, enquanto o letramento permite que o indivíduo se aproprie da língua escrita para participar ativamente da sociedade. Como educador, é essencial que se conduza a prática com clareza e objetividade.

Outro saber fundamental à experiência educativa é o que diz respeito à sua natureza. Como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho (FREIRE, 2008, p.35).

A alfabetização, essencial para o desenvolvimento humano, é um complexo e multifacetado processo de aquisição de habilidades de leitura e escrita, que capacita o indivíduo a decodificar símbolos linguísticos, compreender seu significado e expressar-se de forma coerente por meio da linguagem escrita. Trata-se de um marco fundamental na vida de uma pessoa, pois, ao dominar a leitura e a escrita, ela amplia suas possibilidades de interação com o mundo e de participação ativa na sociedade.

Saber ler e escrever possibilita o sujeito do seu próprio conhecimento, pois sabendo ler, que se torna capaz de atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade através da escrita e, desse modo, produzir, que também, um conhecimento. (BARBOSA, 2013, p.19).

Muitas são as expectativas quando uma criança chega ao primeiro ano da escola, a mais esperada pelos responsáveis é que a criança esteja letrada logo no início do 1º ano do ensino fundamental, contando histórias e escrevendo contos. Nas escritas da base nacional comum curricular (BNCC) é citado que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever (BNCC), mas antes do processo de letramento, acontece um processo de alfabetização, que pode estar ligado sim, ao letramento, como menciona Soares(2009).

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (SOARES, 2009, p. 47).

Ferreiro (1999, p. 47) já dizia que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola e que não termina ao finalizar a escola primária”. Assim, alfabetizar não seria apenas ensinar as vogais e as consoantes, alfabetização se refere à aprendizagem, ao domínio do código alfabético, é um processo em que a criança aprende a decodificar os elementos que formam a escrita. Segundo Soares (2007), a alfabetização, etimologicamente, tem o significado: levar à aquisição do alfabeto, ou seja, ensinar a ler e a escrever. Por isso, segundo a autora, a aquisição do código alfabético e ortográfico seria a alfabetização, evoluindo para leitura e escrita do sujeito, ou seja, a conversão da fala em escrita.

De acordo com Soares (2003), o processo de alfabetização consiste em levar o indivíduo ao domínio da alfabetização, ensinando-lhe o código da língua escrita e as habilidades necessárias para a leitura e a escrita. Uma pessoa considerada alfabetizada é aquela que aprendeu a ler e escrever, tendo a capacidade de decodificar e codificar a língua escrita. A autora destaca que esse processo é essencial para a participação plena na sociedade e no mundo da cultura escrita.

Necessárias para a prática da leitura e da escrita: domínio do sistema de representação que é a escrita alfabética e das normas ortográficas; habilidades motoras de uso de instrumentos de escrita (lápiz, caneta, borracha...); aquisição de modos de escrever e de modos de ler – aprendizagem de uma certa postura corporal adequada para escrever ou para ler; seguindo convenções da escrita, tais como: a direção correta da escrita da página (de cima para baixo, da esquerda para direita); a organização espacial do texto na página; a manipulação correta e adequada dos suportes em que se escreve e nos quais se lê – livros, revistas, jornais, papel etc. (SOARES, 2021, p. 27)

A escola tem um papel fundamental na alfabetização de crianças com deficiência, tendo relevância importante que deve ser considerada pelos pais e profissionais da educação. O ambiente escolar é um espaço de formação social, onde os indivíduos são estimulados para se tornarem sujeitos críticos, autônomos e independentes. A escola desempenha um papel fundamental na formação dessas pessoas, preparando-as para lidar com situações e indivíduos diversos. Quando se trata de crianças com deficiência, a escola assume um papel ainda mais crucial em

suas vidas cotidianas, ajudando-as a integrar-se na sociedade apesar de suas dificuldades pessoais.

Diferentes letramentos, portanto, são associados a diferentes personalidades e identidades. Conjuntos semelhantes de associações podem ser vistos nesta cultura, uma vez reconhecida a importância do letramento para tais processos. Quando freqüentamos um curso ou uma escola, ou nos envolvemos num novo quadro institucional de práticas de letramento, por meio do trabalho, do ativismo político, dos relacionamentos pessoais, etc, estamos fazendo mais do que simplesmente decodificar um manuscrito, produzir ensaios ou escrever com boa letra (STREET, 1986. p. 6).

Seguindo as ideias do autor mencionado anteriormente, acreditamos que o letramento é um processo social. Ao abordar a temática da inclusão, devemos considerar a importância da alfabetização e do letramento para atender às necessidades dos nossos estudantes de maneira construtiva. Isso implica valorizar o potencial de cada indivíduo, mesmo levando em conta a necessidade de uma alfabetização formal.

A fase de alfabetização e letramento na vida de uma criança é verdadeiramente mágica, cheia de descobertas que a inserem na sociedade e a apresentam a um universo vasto de informações.

[...]a aprendizagem de um processo de representação: codificação de sons em letras ou grafemas e decodificação de letras ou grafemas em sons; a aprendizagem do uso adequado de instrumentos e equipamentos: lápis, caneta, borracha, régua [...]. A essa aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico de escrita e das técnicas para o seu uso é que se chama de alfabetização (SOARES, 2010, p. 107).

É nesta etapa da educação escolar que devemos nos focar não somente em uma alfabetização ou letramento baseada nos conceitos formais de ambas as práticas. Inicialmente, com a inserção da criança com deficiência é necessário que haja uma alfabetização social e cultural.

A inclusão escolar, fortalecida pela Declaração de Salamanca, no entanto, não resolve todos os problemas de marginalização dessas pessoas, pois o processo de exclusão é anterior ao período de escolarização, iniciando-se no nascimento ou exatamente no momento em aparece algum tipo de deficiência física ou mental, adquirida ou hereditária, em algum membro da família. Isso ocorre em qualquer tipo de constituição familiar, sejam as tradicionalmente estruturadas, sejam as produções independentes e congêneres e em todas as classes sociais, com um agravante para as menos favorecidas. (MACIEL, 2000. p. 45)

Em muitos casos, antes de se iniciar um processo de letramento ou alfabetização escolarizado, precisamos trabalhar com o aluno com necessidades especiais aspectos de sua formação global, aqui as equipes multidisciplinares devem estar intimamente ligadas ao processo pedagógico para que este aluno não se torne apenas um indivíduo que ocupa um lugar na escola, ao invés de pertencer a um grupo.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia para a elaboração desse trabalho de conclusão de curso, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, a qual foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica e de uma pesquisa de campo. Sendo que, para melhor compreender este estudo, baseamo-nos em alguns autores que são referência na área, tais como: Magda Soares, Brian Street, Maciel, Freire, Ferreira, dentre outros. A revisão bibliográfica utiliza fontes secundárias para contribuir com o conhecimento existente, conforme mencionado por Medeiros (2000). Essa abordagem visa enriquecer o vocabulário e aprimorar as argumentações utilizadas.

Além disso, a revisão bibliográfica também desempenha um papel crucial na construção de bases teóricas sólidas em diversos campos de estudo. Ao examinar e analisar cuidadosamente as obras de outros autores e especialistas, é possível identificar lacunas no conhecimento, detectar tendências e desenvolver uma compreensão mais profunda de determinado assunto. Através da busca ativa por materiais relevantes, a pesquisa bibliográfica proporciona uma visão ampla das diferentes perspectivas e teorias existentes, permitindo assim uma abordagem mais completa e embasada na produção de novos conhecimentos. Em suma, revisão bibliográfica desempenha um papel fundamental no avanço do conhecimento científico e acadêmico, fornecendo uma base sólida para investigações posteriores e enriquecendo o diálogo intelectual em diversas áreas do saber.

A pesquisa bibliográfica compreende: escolha do assunto, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação, redação. O assunto será delimitado e preciso; ao geral, amplo, será preferido o restrito. Exige, portanto, que seja escolhido assunto condizente com a capacidade do pesquisador, de acordo com suas inclinações e gostos pessoais. Outros fatores que devem ser considerados: tempo para realizar a pesquisa e existência de bibliografia pertinente ao assunto. (MEDEIROS, 2006, p. 50.)

Para dar conta do objetivo desta pesquisa, que é investigar como procede o processo de alfabetização e letramento em escolas públicas municipais de Tramandaí na percepção dos professores, bem como propor algumas sugestões metodológicas que possam contribuir para o sucesso no aprendizado de crianças com deficiência, realizou-se um levantamento bibliográfico a partir da leitura de textos publicados em livros e disponíveis em sites de busca como google docs e periódicos

da capes. Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo com professores dos anos iniciais do ensino fundamental de seis escolas do município de Tramandaí. A motivação deste estudo foi compreender a importância da alfabetização e letramento para o processo de desenvolvimento inclusivo de uma pessoa, bem como buscar alternativas para contribuir neste processo.

Esta pesquisa propõe seguir todos os cuidados éticos necessários para garantir a segurança dos seus participantes (Cf. Resoluções do Conselho Nacional de Saúde 466 de 2012 e 510 de 2016).

As respostas serão acessadas pelos autores do projeto e constituirão estritamente o banco de dados desta pesquisa, que será guardado por 5 anos após o término desta.

A pesquisa trará benefícios diretos e indiretos aos participantes, pois pretende-se realizar a avaliação diagnóstica que trará subsídios para elaboração de atividades educativas a serem oportunizadas nas escolas que se interessarem, bem como os cursos de formação para professores. Além disso, pretende-se por meio desta identificar quais práticas voltadas à alfabetização e letramento contribuem de modo mais significativo para o desenvolvimento de alunos inclusos.

Os resultados serão encaminhados pela(s) pesquisadora(s) à instituição na qual a pesquisa está sendo desenvolvida, a fim de que esta seja disponibilizada aos professores e demais interessados, podendo incentivar novas pesquisas e ações de extensão sobre a temática, estimulando uma maior aproximação entre as escolas e a universidade.

Os dados foram coletados por meio de questionário com a elaboração de 21 questões abertas e fechadas, sendo que 17 sujeitos responderam, o questionário foi disponibilizado no google docs pelo link e encaminhado aos professores de seis escolas municipais de Tramandaí Preservando sempre a identidade dos alunos e professores, tratando-se também de uma pesquisa qualitativa assim como Triviños (1987) menciona:

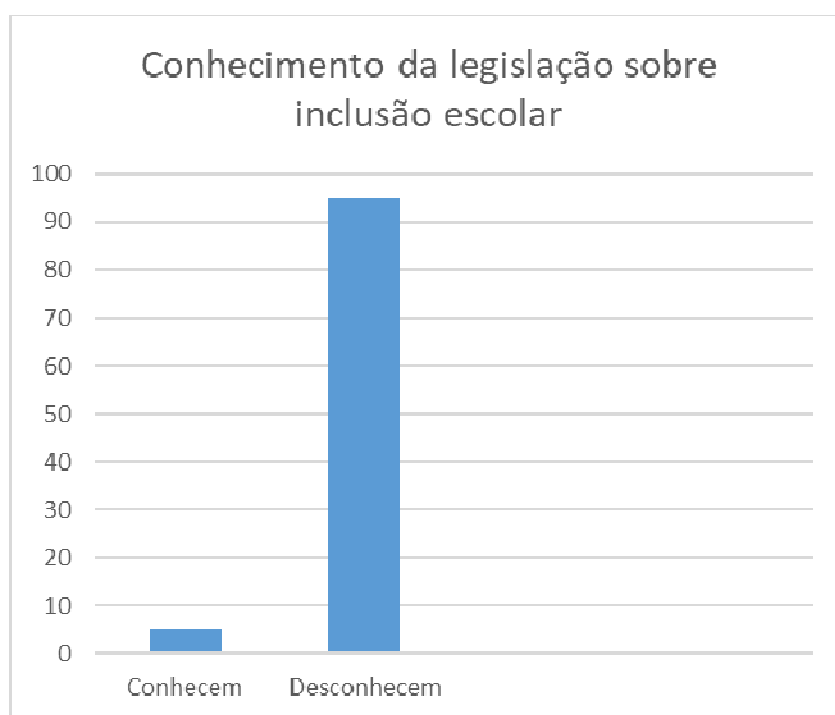
A pesquisa qualitativa é conhecida também como "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica", e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante,

devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade. (TRIVIÑOS, 1987, p. 124)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão apresentados os resultados desta pesquisa e sua discussão. Primeiramente, é fundamental ressaltar a baixa participação dos professores na realização desta. Por meio da análise dos dados obtidos através do formulário, chegamos aos seguintes resultados.

Em relação ao conhecimento, fica perceptível o desconhecimento dos professores da rede regular do município de Tramandaí acerca da legislação da Educação Inclusiva, sendo que apenas 5% dos entrevistados relatam conhecer alguma lei sobre inclusão escolar, de acordo como mostra o gráfico abaixo.



FONTE: Autora (2023)

Partindo desta premissa, já observamos uma lacuna entre o que é inclusão escolar e o que realmente acontece na prática.

Desta maneira, percebeu-se nas análises desta pesquisa que alguns docentes não têm formação voltada à educação Inclusiva, já que sua formação é anterior a este período. Um processo educativo, forjador de competências humanas, com os princípios educativos da prática humana, com dimensão cognitiva, compartilhada e afetiva,

engendra uma nova prática social da educação e, nela, um novo profissional. As transformações de nosso tempo indicam a necessidade da instauração de uma terceira fase no processo de formação do professor, uma metamorfose de professor/ensinador, garantidor da apropriação do conhecimento/ cultura, para educador pesquisador, mediador do processo de formação humana. “Esta construção do educador pesquisador, em cada profissional da educação, é um processo contínuo de formação e exige intervenções de formação continuada” (WITTMANN APUD MOREIRA, 2002, p. 15)

Percebeu-se nas análises dos questionários que três das entrevistadas têm uma especialização voltada para a área da inclusão, sendo elas as professoras G,H e M. Sendo que as professoras I, K e L, não mencionaram sua área de formação continuada. A formação continuada precisa estar presente nas instituições de ensino, como um processo constante de aperfeiçoamento dos saberes docentes que são aprendidos na formação inicial dos professores. As mesmas são necessárias para aperfeiçoar os conhecimentos e contribuir com o processo de formação de outros educandos através do diálogo e compartilhamento de experiências, tornando assim, suas práticas mais interessantes e atrativas.

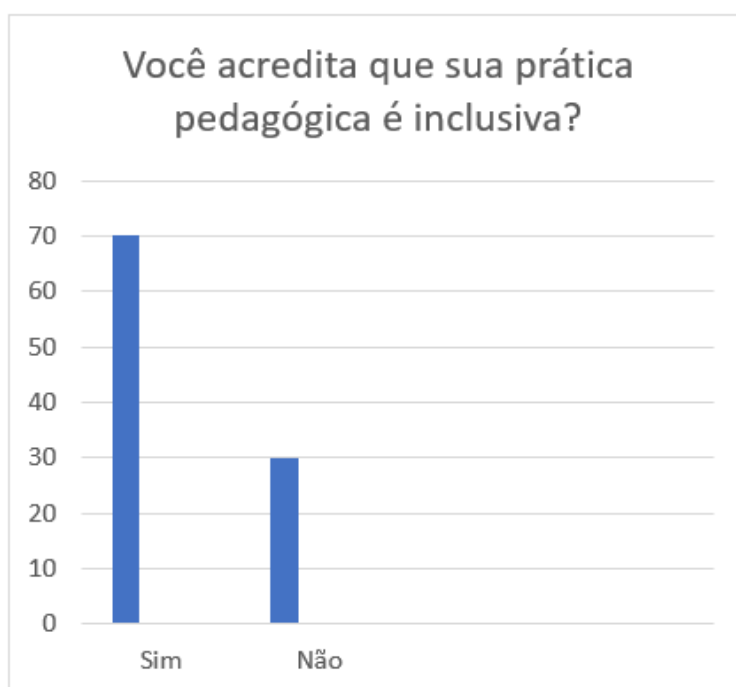
Conforme citado neste trabalho anteriormente, o processo de alfabetização como diz Soares (2010), é algo mecânico e que parte da decodificação,ou seja, um processo pautado na memorização pura e simples do que é apresentado. Contudo, Street(1986), já nos traz um conceito muito mais abrangente e social deste processo, pensando em alfabetização como ferramenta social, não excludente e que vise o respeito às individualidades.

Favorecendo por meio de políticas públicas, discussões em âmbito nacional, tornando estes sujeitos realmente parte integrante da sociedade, que, se destacam, convivem, opinam. Segundo Santos e Sardagna (2016), o imperativo da lei prevê que não basta integração, mas sim, trabalhar para que a inclusão atinja a todos. Nesse sentido, incluir abrange participação e não apenas do sujeito em si.

Quando falamos em Educação Inclusiva, é primordial que haja políticas públicas que visem qualificar educadores e funcionários da educação acerca da inclusão escolar, caso contrário estaremos fadados ao fracasso neste quesito. Sendo assim Oliveira (2022) nos traz, portanto, acolher essa diversidade significa, também, buscar

conhecimentos novos que respeitem as suas especificidades e ajudem a lidar com elas.

Observando o gráfico mais abaixo, é possível perceber o quão incoerente são as respostas de alguns professores sobre o que é inclusão, considerando que grande maioria desconhece a legislação inclusiva. E as mesma considera-se que suas práticas realmente são pautadas pelo respeito e valorização das diferenças.



FONTE: Autora (2023)

De acordo com as professoras entrevistadas, perguntamos, sobre a base de conhecimento delas quanto às Leis do (AEE) e se elas poderiam nos citar alguma de seu conhecimento. No entanto, observou-se que algumas professoras não responderam a pergunta de número 13, talvez por algum motivo, mas a demais, um número não satisfatório descrevem alguma da qual conhecem, outras já descreveram não ter desconhecimento a legislação, isso pode ter consequências negativas para os alunos que mais precisam de suporte educacional. Sendo assim, a Professora M nos trouxe a o direito à igualdade de todos à educação está garantido expressamente previsto na nossa Constituição/88 (art. 5º.) e trata nos artigos 205 e seguintes, do

direito de TODOS à educação. Já a Professora J, trás LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 20151

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Conhecido como Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência. Essa lei tem como objetivo garantir os direitos e a inclusão das pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida, como educação, trabalho, acessibilidade, saúde, lazer, entre outros. Ela estabelece medidas para promover a igualdade de oportunidades e a plena participação dessas pessoas na sociedade.

A falta de conhecimento sobre as leis inclusivas pode levar a práticas pedagógicas inadequadas, falta de adaptações curriculares necessárias e dificuldades na promoção de um ambiente de aprendizagem inclusivo. Em muitos países, estabelece diretrizes e normas para promover a inclusão de alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem e outras necessidades especiais. Essas leis visam garantir que esses alunos recebam uma educação de qualidade e tenham acesso a recursos e apoios adequados para alcançar seu pleno potencial.

Hoje, no Brasil, a Educação Especial assume uma perspectiva inclusiva, ou seja, pressupõe que todos os estudantes devem conviver e compartilhar o mesmo ambiente de ensino e aprendizagem, livres de discriminação injustas de qualquer natureza, participando e aprendendo junto dos demais. Nesse sentido, a escola inclusiva valoriza as potencialidades de cada sujeito e dá condições para que todos aprendam e se desenvolvam integralmente. (UNICEF, 2021)

Mas observando a resposta da professora H onde ela menciona a gravidade de uma sala de aula com um número alto de estudantes com várias deficiência desde o transtorno até mesmo o afeto emocional pós pandemia, onde gerou um impacto devastador no desenvolvimento educacional dificultando de modo geral a inclusão escolar sendo assim. Segundo a professora ela está fazendo a diferença, gerando resultados satisfatório, contemplando todos os estudantes de acordo com cada necessidade, na pergunta de número 8 , destaca a Professora H :

Este é um questionamento difícil de responder. As salas de aulas estão cada vez mais diversificadas, e quando falamos disso, pensamos para além das deficiências/transtornos e déficits, pois nossos alunos estão trazendo tamanha complexidade de sentimentos e emoções pós pandemia do qual não estamos preparados para abordar. Creio que no quesito amplo de prática docente inclusiva, consigo estar realizando uma prática satisfatória, pois busco contemplar a todos os alunos de maneira individualizada e coletiva, pensando nas propostas que poderão ter maior sucesso na vida e na aprendizagem do aluno. (ProfessoraH)

Quando questionamos a percepção dos professores do município de Tramandaí a respeito da inclusão, de forma alguma buscou-se tabelar, julgar ou diminuir o trabalho grandioso que estes profissionais realizam diariamente. Tentou-se apenas levantar dados e hipóteses para que possamos alavancar a educação inclusiva na rede pública de forma efetiva. As políticas públicas são fundamentais neste processo, mas sendo assim foi notável a insegurança que esses profissionais têm quando mencionamos a palavra inclusão. Saviani (2004), aponta que: “o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que, ele é o mediador do processo ensino/aprendizagem”. De acordo com Mantoan (2004), o autor relata a importância que seria se os profissionais da educação estivessem em cursos preparatórios que discutem estratégias educacionais. Sendo assim, a autora menciona que trazendo esses cursos para o cotidiano dos professores estes teriam mais confiança em desenvolver sua prática docente.

Quando nos referimos às práticas desenvolvidas em sala de aula. Foi feita a pergunta. Você, professor (a), já se questionou a respeito da prática que desenvolve em sala? De acordo com algumas respostas destacamos os seguintes professores, P-C, P-F e P-G.

A professora C fala:

Sim, o processo de reflexão sobre a prática é fundamental para a formação pessoal e profissional

Assim como a professora F responde:

Sim, diariamente surgem questionamentos sobre a prática desenvolvida.

De certo modo a professora G também traz seu questionamento sobre sua prática pedagógica, com a seguinte fala:

A todo instante. Desenvolver uma prática pedagógica que consiga contemplar a todos os alunos, típicos e atípicos, têm se mostrado diariamente uma prática cada vez mais desafiadora. São inúmeros alunos, cada qual, com suas particularidades, habilidades e dificuldades, desejos e interesses dos mais diversos. (ProfessoraG)

É comum observar que a grande maioria das professoras se questiona e reflete sobre suas abordagens pedagógicas. Freire menciona que:

Outro saber fundamental à experiência educativa é o que diz respeito à sua natureza. Como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da

prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho (FREIRE,2008, p.35)

Assim elas também procuram avaliar constantemente o impacto de suas práticas no aprendizado dos alunos, buscando aprimorar suas metodologias e adaptá-las às necessidades individuais dos estudantes. Demonstram um compromisso contínuo com a qualidade do ensino e o desenvolvimento dos estudantes, com a vontade de melhorar. De acordo com a Professora G:

A todo instante. Desenvolver uma prática pedagógica que consiga contemplar a todos os alunos, típicos e atípicos, têm se mostrado diariamente uma prática cada vez mais desafiadora. São inúmeros alunos, cada qual, com suas particularidades, habilidades e dificuldades, desejos e interesses dos mais diversos. (Professora G)

O planejamento pedagógico e as ações em sala de aula são essenciais para garantir que todos os estudantes sejam alcançados e que os diferentes ritmos de aprendizagem sejam respeitados. Reconhecer que cada estudante é único, com suas habilidades e interesses, é fundamental para criar um ambiente inclusivo e promover o sucesso de aprendizagem de todos. Além disso, o planejamento pedagógico deve incluir a criação de um ambiente de apoio e respeito mútuo, onde os estudantes se sintam seguros para expressar suas dificuldades e receber o suporte necessário.

Quando perguntamos: Até que ponto seu planejamento pedagógico, suas ações em sala alcançam todos os alunos, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem?

Obtivemos diversas respostas, mas de certa forma todas as respostas são semelhante, carregando um mesmo sentido e acordo com a Professora F:

Busco realizar um planejamento que contemple o máximo as peculiaridades dos meus educandos, mas nem sempre consigo êxito na proposta desejada. No momento do planejamento já é possível vislumbrar quais alunos conseguirão alcançar os objetivos propostos, enquanto para outros, o objetivo terá que ser abordado de maneira distinta. (Professora F)

Assim como a professora M menciona:

Acredito que, por conta dos ritmos de aprendizagem é difícil dizer que todas as ações descrita em meu planejamento vão ser alcançadas por todas as crianças, no entanto, subestimamos as crianças, elas são muito esforçado em tentar realizar uma prática em sala de aula, desta forma, uma que não realizar tal feito em um dia, no outro dia já tem facilidade em realizar uma outra prática. Todos os dias são novas descobertas e meu planejamento muda, de acordo com o que vou observando e percebendo o que chama atenção das crianças, o que é significativo para elas. Ou meu ver um planejamento que não leva em conta as especificidades das crianças, de suas famílias, da sua região ou local onde vive, não pode ser um planejamento que respeite os diferentes tempos e ritmos de cada um. (Professora M)

A professora N também traz que, “encontrar uma maneira simples que alcance a todos, que eles se sintam confortáveis”, sendo possível perceber a preocupação das mesmas.

De modo geral todas mencionam a importância de observar e perceber o que chama a atenção dos estudantes e o que é significativo para eles. Isso é fundamental para ajustar e adaptar o planejamento de acordo com as necessidades e interesses individuais, levando em consideração fatores como a família, a região ou o ambiente em que vivem. Um planejamento que não leva em conta essas especificidades não é capaz de respeitar os diferentes tempos e ritmos de cada estudante.

Acredito que, por conta dos ritmos de aprendizagem é difícil dizer que todas as ações descritas em meu planejamento vão ser alcançadas por todas as crianças, no entanto, subestimamos as crianças, elas são muito esforças em tentar realizar uma prática em sala de aula, desta forma, uma que não realizar tal feito em um dia, no outro dia já tem facilidade em realizar uma outra prática. Todos os dias são novas descobertas e meu planejamento muda, de acordo com o que vou observando e percebendo o que chama atenção das crianças, o que é significativo para elas. Ou meu ver um planejamento que não leva em conta as especificidades das crianças, de suas famílias, da sua região ou local onde vive, não pode ser um planejamento que respeite os diferentes tempos e ritmos de cada um. (Professora G)

Ao trazermos a pergunta. No seu ponto de vista, qual a maior dificuldade de Alfabetizar e letrar uma criança do público-alvo? É perceptível a preocupação dos professores pela falta de apoio, assim como a professora A nos traz.

“Recursos fornecidos pela escola- monitore”, a professora C também traz uma preocupação bastante significativa, “Maior conhecimento por parte do professor. Os cursos focam muito em acolher e muito pouco em detalhar como funciona o cérebro de cada necessidade especial”. (Professora A)

Podemos relatar também a preocupação da professora K, onde a mesma menciona. “A falta de preparo pedagógico do professor”, é de suma importância o preparo pedagógico da professora para o auxílio dos estudantes com deficiência. De acordo com a professora D, ela questiona a parte família, onde é importante que a família passe a segurança para o estudante, para que o mesmo tenha um bom desenvolvimento escolar. Segundo a professora D.

Muitas vezes a família, pois a mesma coloca o aluno em uma "bolha" e não o deixa explorar suas habilidades e seus limites em sala de aula. E também conseguir chamar sua atenção para o que está sendo proposto, levando em consideração que muitas vezes o aluno está com os pensamentos longes ou sem interesse no tema que está sendo proposto já que sua curiosidade é em outra área ou assunto. Também temos a falha de auxiliares em sala que possam ajudar o professor na aplicação das atividades planejadas e

*adaptadas para o mesmo que exige mais auxílio para conseguir realizar elas.
(Professora D)*

As respostas de todas as professoras entrevistadas do “A ao Q” destacam a importância de flexibilizar o planejamento educacional, reconhecendo os ritmos individuais de aprendizagem das crianças e considerando suas especificidades, para garantir uma abordagem mais inclusiva ao processo de ensino-aprendizagem. Segundo Sasaki (2003), indiscutivelmente, nos últimos anos, houve um forte impulso na busca por assegurar esse direito.

Educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (SASSAKI, 2003, p.15).

No entanto, o questionário revelou desafios enfrentados pelos professores no processo de implementação da educação inclusiva. A falta de recursos adequados como auxiliares, a falta de formação continuada específica na área e a falta de apoio institucional foram apontados como obstáculos para a efetivação de práticas inclusivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível analisar a percepção de professores alfabetizadores que atuam em escolas públicas municipais de Tramandaí em relação à legislação inclusiva, à flexibilidade no planejamento e à prática em sala de aula. Essa investigação se mostrou relevante diante da necessidade de compreender as práticas pedagógicas adotadas e as dificuldades enfrentadas pelos educadores nesse contexto específico. Ao retomar os conceitos de alfabetização e letramento, percebe-se que a alfabetização vai além do simples domínio das habilidades de decodificação e codificação de letras e palavras, envolvendo também o desenvolvimento de habilidades de compreensão e produção de textos. Já o letramento abrange o uso social da leitura e da escrita, relacionando-se diretamente com a participação ativa dos indivíduos na sociedade.

Sendo assim, compreende-se que a alfabetização e o letramento são processos interdependentes e fundamentais para o desenvolvimento inclusivo de uma pessoa, possibilitando o pleno exercício da cidadania e a promoção da igualdade de oportunidades. No entanto, a percepção dos professores revela que existem desafios a serem superados no processo de aquisição dessas habilidades. As principais dificuldades de aprendizagem apontadas pelos professores dizem respeito a questões como a falta de recursos adequados, a heterogeneidade da sala de aula, a falta de formação específica para lidar com estudantes com deficiências e a falta de tempo para atender individualmente cada aluno, assim como a falta de auxiliar.

A elaboração deste trabalho de conclusão de curso foi de extrema importância para o meu desenvolvimento acadêmico, proporcionando-me um vasto conhecimento sobre a inclusão escolar. Durante todo o processo, pude aprofundar minha compreensão sobre as questões relacionadas à inclusão, suas práticas, desafios, ao concluir este trabalho, sinto-me mais preparado (a) para contribuir com a promoção da inclusão escolar em meu futuro profissional. Compreendi a importância de valorizar a diversidade e garantir o acesso igualitário à educação para todos os estudantes.

Sendo assim a elaboração deste trabalho de conclusão de curso foi de extrema importância para o meu desenvolvimento acadêmico, proporcionando-me um vasto conhecimento sobre a inclusão escolar. Durante todo o processo, pude aprofundar

minha compreensão sobre as questões relacionadas à inclusão, suas práticas, desafios.

Ao longo deste trabalho, pude obter informações valiosas por meio de um questionário realizado com professores, que revelaram seus conhecimentos, sentimentos e questionamentos em relação à inclusão escolar. Tem como objetivo analisar a percepção dos professores alfabetizadores que atuam em escolas públicas municipais de Tramandaí em relação à legislação inclusiva, à flexibilidade no planejamento e à prática em sala de aula. Os resultados obtidos revelaram um espectro diversificado de conhecimentos entre os professores em relação à inclusão escolar. Alguns demonstraram um entendimento sólido sobre o assunto, compreendendo as políticas, as práticas pedagógicas e a importância da inclusão para o desenvolvimento dos alunos. No entanto, outros manifestaram uma lacuna de conhecimento, demonstrando uma necessidade de maior capacitação e informação sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

BARBOSA: José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BEYER, Hugo Otto. **Diferentes, não desiguais**: A questão dos direitos humanos na escola. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia**. Brasília. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Plano de desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos - Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial**. – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. **Determina a inclusão de conteúdo relativo às particularidades e demandas pedagógicas específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de formação inicial de professores da educação básica, e dá outras providências**, Lei 1635, 2019. Brasília: Câmara de Deputados, 2019.

CUNHA.E. **Autismo na Escola**: Um jeito diferente de ensinar- idéias e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: wak, 2013.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva**: A reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DATAFOLHA. **Pesquisa com docentes sobre a escolarização de crianças com deficiência - Fundação Lemann e Instituto Rodrigo Mendes**. São Paulo: Datafolha, 2022. Disponível em: fundacaolemann.org.br/releases/pesquisa-com-docentes-sobre-a-escolarizacao-de-criancas-com-deficiencia

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: O dicionário da língua portuguesa. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de Deficiência: a questão da Inclusão Social**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica: A prática de fichamentos, resumos, resenhas - ed.8ª**. São Paulo: Atlas, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Caminhos para a inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MENEZES, Luís Carlos de. **O Professor Luis Carlos de Menezes fala sobre "É preciso preparar os jovens para um futuro profissional imprevisível" [Entrevista]**. Jornal da USP. São Paulo: Rádio USP (93,7 MHz). Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/e-preciso-preparar-os-jovens-para-um-futuro-profissional-imprevisivel/>. Acesso em: 8 de mai. , 2023.

MOREIRA, Carlos Eduardo. **Formação continuada de professores: Entre o improvisado e a profissionalização**. Florianópolis: Insular, 2002.

OLIVEIRA, Janaina Pinheiro. **Educação Especial: Formação de professores para a inclusão escolar**. São Paulo: Contexto, 2022.

RODRIGUES, David. **Ações pedagógicas para inclusão e diversidade**. Campinas: Papirus, 2011.

SANTOS, B.S.S.; SARDAGNA, H.V. **Enredo discursivo: dizeres dos sujeitos abarcados pela política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva nas escolas públicas de educação básica da região litoral norte/RS**. Trajetória multicursos, V. 7, n. 2, out./nov./dez. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados,

2004.

SCHUCHTER, T. M. Políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes pobres no Brasil. In: VICTOR, S. L.; VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I.M de (org.). **Educação especial inclusiva: Conceituações, medicalização e políticas**. Campos dos Goytacazer, RJ: Brasil Multicultural, 2018.

SILVA, Ester Orrú. **ORe-inventar da inclusão: Os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**- Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SOARES, Magda. **Letramento e escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização de jovens e adultos e a inclusão social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Letramento: Um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: Toda criança pode aprender a ler e escrever**-ed.3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. ed.5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

STREET, Brian. **Letramento: Sociais abordagens críticas do letramento na, etnografia e na educação**-ed.1ª. São Paulo. parábola editorial, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca - Espanha, 1994.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: reprovação, abandono e distorção idade-série. Brasil**: UNICEF, jan. 2021. Disponível em: www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-culturado-fracasso-escolar.pdf. Acesso em: 08 mai 2023.

UZÊDA, Sheila de Quadros. **Alfabetização e Letramento: Educação Inclusiva**. Salvador. UFBA Faculdade de Educação; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. Livraria Martins Fontes. Ed. LTDA, 4ª Edição, São Paulo, 1991.

APÊNDICEA - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

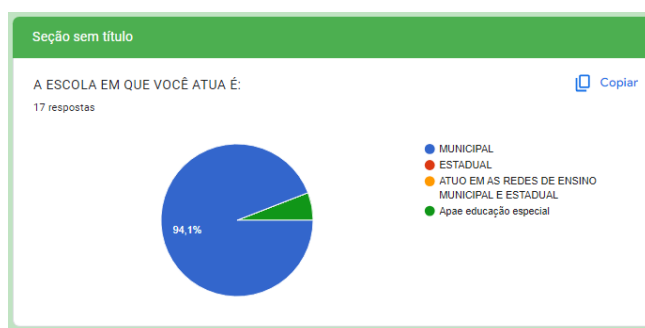
1A escola em que você atua é:

Municipal

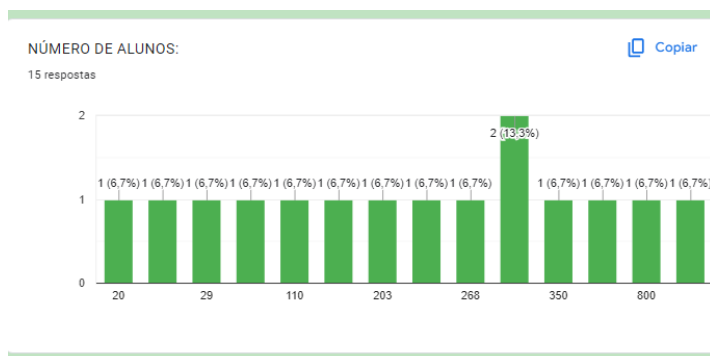
Estadual

Municipal e Estadual

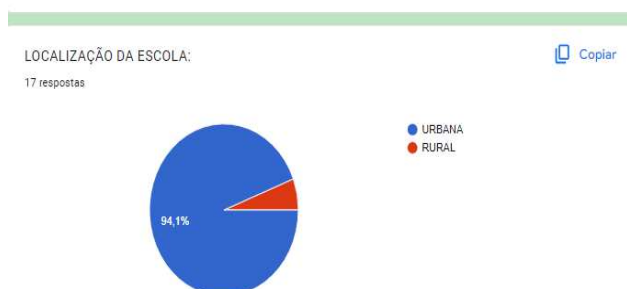
Outros.



2 Número de alunos:



3 Localização da escola:



4 Qual a sua formação?

P-A Magistério

P-B Superior Completo

P-C Em média de 300

P-D Superior completo Pedagogia

P-E Superior incompleto

P-F Licenciatura em Pedagogia

P-G Pedagogia e Especialização em Arteterapia, Especialização em TEA, Especialização em Supervisão e Orientação e Especialização em Educação Especial.

P- H Pedagoga, pós graduada: Orientação educacional e psicologia educacional.

P-I Pós graduação

P-J Professora

P-K Especialização

P-L Pós graduação

P-M Licenciatura em Educação Especial com Pós em Gestão Escolar

P- N Licenciatura em Pedagogia

P-O Pedagogia

P-P Pedagoga

P-Q Pedagoga

5 Você, professor (a), já se questionou a respeito da prática que desenvolve em sala?

P-A Sim

P-B Sim

P-C Sim, o processo de reflexão sobre a prática é fundamental para a formação pessoal e profissional.

P-D Sim, muitas vezes.

P-E Sim, sempre.

P-F Sim, diariamente surgem questionamentos sobre a prática desenvolvida.

P-G A todo instante. Desenvolver uma prática pedagógica que consiga contemplar a todos os alunos, típicos e atípicos, tem se mostrado diariamente uma prática cada vez mais desafiadora. São inúmeros alunos, cada qual, com suas particularidades, habilidades e dificuldades, desejos e interesses dos mais diversos.

P-H Sim, todos os planejamentos repenso isso.

P-I Sim.

P-J Constantemente

P-K Sim, todos os dias!

P-L Todos os dias

P- M Sempre me questiono de que forma eu atinjo os meus alunos.

6 Até que ponto seu planejamento pedagógico, suas ações em sala alcançam todos os alunos, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem?

P-A O planejamento é feito para a turma, mas existe peculiaridades e singularidades, com isso, por vezes é necessário fazer adaptações no planejamento.

P-B Tento realizar meu planejamento dentro da diferença individual de cada aluno adaptando cada prática de acordo com a realidade e as possibilidades de cada criança.

P-C Meu planejamento pedagógico, nem sempre, alcançou os diferentes ritmos de aprendizagem. As ações em cima do planejado, é que eram, conforme o necessário, adaptadas ao longo do processo.

P-D É difícil um único planejamento pedagógico alcançar todos os alunos, pois cada um tem suas dificuldades e habilidades, mas tenho sempre adaptar as atividades para que elas atinjam os objetivos propostos em todos os alunos.

P-E Acredito que o planejamento nem sempre alcance as necessidades de cada aluno, dentro da sua individualidade, pois os ritmos são muito diferentes, conseqüentemente não é possível respeitar totalmente cada aluno.

P-F Busco realizar um planejamento que contemple o máximo as peculiaridades dos meus educandos, mas nem sempre consigo êxito na proposta desejada. No momento do planejamento já é possível vislumbrar quais alunos conseguirão alcançar os objetivos propostos, enquanto para outros, o objetivo terá que ser abordado de maneira distinta.

P-G Procuro sempre colocar o aluno como prioridade na busca por conhecimento. Alcança à medida que obtenho resultados positivos com os alunos.

P-H Eu procuro sempre atingir os objetivos, tanto com os alunos especiais bem como os demais em sala de aula.

P-I Consigo atingir a todos, pois sempre faço diagnósticos de cada um para planejar as atividades.

P-J É um processo de construção diária, cada aluno aprende no seu modo e ritmo e com isso consigo atingir cada um durante o ano letivo.

P-K 80%

P-L Atualmente atuo na gestão escolar

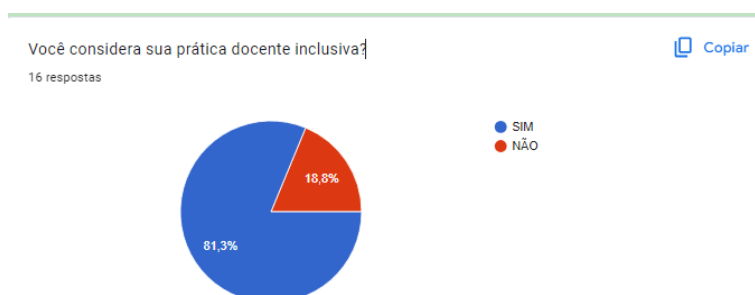
P-M Acredito que, por conta dos ritmos de aprendizagem é difícil dizer que todas as ações descritas em meu planejamento vão ser alcançadas por todas as crianças, no entanto, subestimamos as crianças, elas são muito esforçadas em tentar realizar uma prática em sala de aula, desta forma, uma que não realiza tal feito em um dia, no outro dia já tem facilidade em realizar uma outra prática. Todos os dias são novas descobertas meu planejamento muda, de acordo com o que vou observando e percebendo o que chama atenção das crianças o que é significativo para elas. Ou meu ver um planejamento que não leva em conta as especificidades das crianças, de suas famílias, da sua região ou local onde vive, não pode ser um planejamento que respeite os diferentes tempos e ritmos de cada um.

P-N Encontro uma maneira simples que alcance a todos, que eles se sintam confortáveis.

P-Q Procuo fazer um planejamento que respeite o tempo de aprendizado de cada aluno

P-R Acho que sempre deixamos algo de positivo para os alunos .

7Você considera sua prática docente inclusiva?



8 Justifique sua resposta anterior.

P- A Inclusa, pois por vezes acontece adaptações para aprendizagens, assim como situações que são necessários articular a turma a realidade do aluno.

P-B Tento a medida de minhas possibilidades ser inclusiva, mas entendo que existem fatores além de conhecimentos prévios para atender uma demanda crescente de crianças com diversos transtornos, pois muitas vezes levamos tempo para conseguir entender a melhor metodologia para atender as particularidades de cada criança e quando percebemos parece que faltou tempo.

P-C Por muitos anos, infelizmente, não foi. Depois de um processo dolorido de conscientização em melhor fazer pelo aluno, fui adaptando.

P-D Pois tenho sempre adaptar e melhorar ela para que todos os alunos consigam realizar e atingir os objetivos que foram propostos com ela, cada um em seu tempo e a sua maneira.

P-E Falta de recursos da escola, falta de monitores para auxiliar

P-F Dentro das possibilidades e ofertas da escola acredito que a docência seja o inclusiva na maioria do tempo.

P-G Este é um questionamento difícil de responder. As salas de aulas estão cada vez mais diversificadas, e quando falamos disso, pensamos para além das deficiências/transtornos e deficits, pois nossos alunos estão trazendo tamanha complexidade de sentimentos e emoções pós pandemia do qual não estamos preparados para abordar. Creio que no quesito amplo de prática docente inclusiva, consigo estar realizando uma prática satisfatória, pois busco contemplar a todos os alunos de maneira individualizada e coletiva, pensando nas propostas que poderão ter maior sucesso na vida e na aprendizagem do aluno.

P- H Sim, pois abrange todos os envolvidos, utilizando técnicas diferentes, mas obtendo o mesmo objetivo.

P-I Procuo adaptar todas as atividades conforme o aluno realiza.

P-J Sim,pois planejo as atividades de acordo com a dificuldade de cada um e tento sempre envolver todos os alunos nas atividades.

P-K Crio várias atividades onde todos os alunos possam interagir juntos de forma dinâmica, bem como a socialização entre eles no ambiente escolar.

P-L Quanto gestão todas nossas ações são pensadas na inclusão escolar

P-M Tenho duas crianças com deficiência no espaço de atendimento das crianças com 3 anos de idade. Na hora, como professora recém formada e iniciando a carreira, fiquei preocupada. Porém, no decorrer dos dias percebi um grande avanço das duas crianças, percebido também pelas famílias.

P-N Neste momento, fica muito claro a importância da inclusão para ambos os lados, creche e família, bem como para todas as crianças da turma.

P-P Estamos trabalhando muito o respeito entre os colegas, uma prática inclusiva só nasce quando a respeito e troca entre todos, no espaço educacional. É muito bom ver que as brincadeiras e as práticas pensadas e desenvolvidas alcançam a maioria, e essa "maioria" a qual me refiro, inclui os deficientes, e uma minoria que não realiza uma ou outra ação, muitas vezes é uma questão de não estar em dia legal ou disposto e isso é comum, são crianças e, por isso as respeito nos seus momentos.

P-Q Sempre pensando em casa aluno.

P-R Preciso de mais suporte da professora do AEE e Formações na área da inclusão para melhor atuar nas atividades pedagógicas.

P-S Sim faço o meu plano individual para cada aluno.

9 A escola possui proposta inclusiva e atendimento educacional especializado (AEE)? se sim, onde consta esse registro?

P-A Não

P-B Sim, consta no PPP

P-C Eu realizo um planejamento suplementar visando as necessidades especiais encontradas na minha turma, mas a falta de pessoal nas escolas limitam o atendimento as crianças que possuem maiores atenção. Uma coisa é o que prevê a lei outra é a realidade de cada município.

P-D Sim. No PPP

P-E Sim. No Projeto Político Pedagógico da escola.

P-F Não possui.

P-G Possui AEE com professora especializada.

P-H Sim, atendimento semanal

P-I Sim

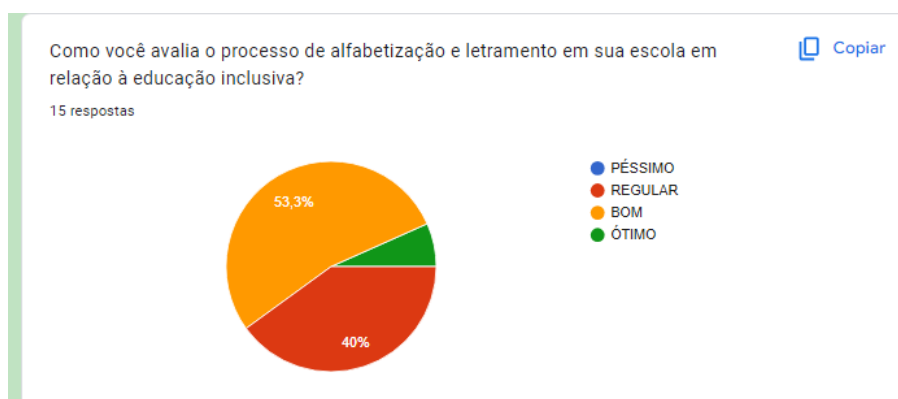
P-J Sim, no PPP

P-K Sim, a instituição tem uma professora de (AEE), que realiza atendimentos semanalmente na creche. Como estou a poucos dias no meu trabalho, não sei ao certo onde está este registro, mas acredito estar no Regimento Escolar.

P-L Sim, temos uma sala de atendimento do AEE

P-M A escola tem mas estou começando na escola esse ano e não por isso não sei dar essa resposta com mais precisão.

10 Como você avalia o processo de alfabetização e letramento em sua escola em relação à educação inclusiva?



11 A partir de suas experiências, como podemos oportunizar experiências lúdicas aos estudantes com necessidades especiais, favorecendo seu processo de alfabetização e letramento?

P-A Através de contação de histórias, teatro, rodas de conversa, propostas em espaços diversos, além das paredes da sala

P-B Em primeiro lugar conhecendo realmente a criança, tentando entender sua forma de ser, se expressar e principalmente conseguindo sua confiança. Tendo isso a construção deste caminho é conjunta, uma parceria entre professora, auxiliares, colegas e familiares.

P-C As experiências lúdicas podem incluir desde jogos, desenhos, trabalhos manuais...

P-D Tendo um espaço adequado e um profissional capacitado em sala de aula para auxiliar o professor na realização das atividades. É claro o professor tem que estar sempre aberto a novos conhecimentos e práticas e disposto a adaptar seu planejamento a todo momento.

P-E Atividades que utilizem materiais que já estejam na rotina dos alunos com necessidades especiais, podendo assim esse trabalho se estender até às residências dos mesmos.

P-F Tendo compreendido o interesse particular de cada criança e a partir de então montar um plano de aula que englobe a todos da sala de aula, trazendo o aluno como protagonista do seu saber, a partir de vídeos, jogos, brincadeiras.

P-G Utilizando recursos que possam incluir o grupo, para o professor formações continuadas e oportunidade de convívio na sociedade

P-H Através de jogos, e cada criança é única conforme demonstrem interesse.

P-I Com jogos e brincadeiras diferentes.

P-J Jogos, brinquedos, materiais e atividades apropriados.

P-K Trabalhando com atividades e jogos dentro das limitações de cada aluno

P-L Trabalho com crianças que não estão na fase de alfabetização. Maternal 2 e Berçário 1

P-M Intendendo que cada aluno tem seu tempo de aprender.

P-N Fazendo mais formação nesta área e estar mais preparada nas atividades a serem realizadas na sala de aula. Não só a professora mas sim toda a equipe envolvida com o aprendizado do aluno.

P-O Sempre de acordo com a necessidade de cada aluno

12Você participa de formação continuada (capacitação) na área da inclusão? com que periodicidade?

P-A Somente as ofertadas pela rede municipal- uma media de 01 x ao ano

P-B Sim, anualmente. Leio e pesquiso muito, tenho grupos de estudos multidisciplinares no whatsapp.

P-C Participei. Quase sempre.

P-D Sim. Faço uma pós-graduação em educação inclusiva e sempre faço cursos na área quando tenho oportunidade.

P-E Não, não lembro de ter sido oferecida pelo município formação continuada nessa área.

P-F Não.

P-G Sim, de forma particular, sem incentivo da Secretaria de Educação, mais de 3 vezes ao ano.

P-H Sim, anualmente

P-I Sempre que tenho oportunidades.

P-J Sim, bem poucas vezes tem.

P-K Nas formações.

P-L Sim, uma ou duas vezes por ano

P-M Estou iniciando uma capacitação na área de inclusão no próximo semestre.

P-N Sim, todo ano.

P-O Sim mas, preciso participar mais

P-P Sempre

13 Você poderia me citar alguma lei que embase o trabalho na sala de recursos ou o (AEE)?

P-A Não me recordo

P-B O PEI que está previsto na lei de diretrizes e bases e na lei de acessibilidade.

P-C Não recordo.

P-D O direito à igualdade de todos à educação está garantido expressamente previsto na nossa Constituição/88 (art. 5º.) e trata nos artigos 205 e seguintes, do direito de TODOS à educação

P-E Não temos AEE na escola.

P-F Bncc

P-G Lei 8069/90

P-H Não

P-I Se não me engano LDB 9394/96 Cap.3 ART. 4º

P-J Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Ela garante o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Lei Brasileira de Inclusão, a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

P-K http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

P-L 6571 de 17 de setembro de 2008

P-M LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

14 Você teria algo ou uma experiência que teve nesse período, que queira nos contar ou como é as experiências de alfabetização com o público alvo da

pesquisa?(caso não seja do publico de alfabetização, pode nos contar seu maior desafio com estes.)

P-A Alfabetização precisa ser lúdica, as crianças acabaram de sair da E.I, é uma ruptura muito brusca, eles precisam ser acolhidos nesse novo espaço e fazer com que este seja favorável a aprendizagem. Atraves de Sequencias didáticas consigo desenvolver varias habilidades, historias, teatro, recorte, buscar por jornais e revistas é fundamental

P-B O meu maior desafio é acompanhar e entender as mais diversas deficiências, transtornos, síndromes de forma individualizada pois cada criança é única e suas necessidades também.

P-C Meu planejamento pedagógico no último quarto ano que lecionei, incluía alfabetização para um aluno portador de necessidades especiais e um diferenciado para os demais. Tamanha foi nossa alegria quando ele se alfabetizou.

P-D Tive alunos autistas, hiperativos e com tdah em sala de aula e o planejamento tem que ser sempre flexível, e o professor tem que saber respeitar o tempo e o espaço do aluno, assim como tem que conhecer ele, investigar suas curiosidades e buscar sempre cativar ele. Pois tem dias que o mesmo não vai conseguir se concentrar ou então irá chegar a escola e mostrar nos sinais que não está em um bom dia e isso deve também ser compreendido e levado em consideração

P-E Maior desafio é o número grande de crianças por turma e a falta de recursos e funcionários para atendê-lo.

P-F Não trabalhei com alfabetização e letramento de alunos especiais.

P-G A dificuldade maior que encontro é o diagnóstico tardio e a participação da família em compreender que o processo desta criança ocorrerá de maneira distinta às demais da faixa etária.

P-H A inclusão é o maior desafio, a Néstor as crianças na sociedade e utilizar de instrumentos norteadores para as práticas de saia de aula, adaptar as atividades e conduzir.

P-I Retomar quantas vezes for necessário o mesmo assunto, porém com didáticas diferentes até que os objetivos sejam alcançado, ou parte deles.

P-JNão

P-K Tenho três alunos autistas em minha sala de aula, um deles além do autismo tem esquizofrenia. Realizo atividades diferenciadas e em alguns momentos as atividades do dia, pois dois deles conforme atividade consegue acompanhar.

P-L Minha maior experiência dentro da área era alfabetizar alunos especiais na Sala de Recursos, meu maior público alvo eram os autistas e deficientes intelectuais.

P-M Trabalho na Educação infantil

P-N Sou do público de alfabetização e meu maior desafio é encontrar o caminho que realmente envolva a criança ao aprendizado.

P-O Meu maior desafio é alfabetizar alunos na educação especial.

15 Você ensina ou acompanha algum estudante com deficiência, tea ou ah/sd? Se sim, liste ações que você desenvolve e que promovem a inclusão desta criança. Se não, quais ações você acha que favoreceriam o processo de inclusão escolar de um aluno que apresentasse uma dessas condições? **Observação:** em sua resposta, preserve o sigilo sobre a identidade do aluno.

P-A A adaptação do currículo é fundamental, trazer uma temática para a sequência didática favorece muito eles

P-B Hoje só estou com uma criança com síndrome de down, ele é muito tranquilo e tenho a sorte de ter a família por perto sempre dando continuidade em casa das atividades individualizadas, pois para acompanhar a turma estimulamos todos os dias com novos desafios. Todas as atividades são realizadas em conjunto onde todos participam, não há diferenças de materiais trabalhados. Seguimos dentro da proposta pedagógica para faixa etária se adequando as suas dificuldades, mas isto fazemos com todos.

P-C Sim. Ter um auxiliar de classe.

P-D No momento não, mas já acompanhei. Trazia atividades com temas que eram de seu interesse para a turma realizar em conjunto com ele, também buscava sempre respeitar seu espaço, mas ao mesmo tempo incluindo ele em todas as atividades realizadas pela turma de alguma maneira. Tínhamos sempre conversas em sala de aula também sobre as diferenças e o respeito, entre outras coisas.

P-E Sim

P-F Não. Trabalho em conjunto com a família sempre facilita muito o processo de aprendizagem nesses casos, pois como o ensino ainda é meio limitado na inclusão desses alunos em sala de aula, não existindo um suporte adequado, materiais, atendimento, as orientações que viessem de casa a respeito da rotina do aluno, seriam a chave mestra para o desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento.

P-G No momento, não.

P-H Rodas cantadas, histórias com recursos e associação de objetos

P-I Procuo todos os dias colocar o aluno sentado com um colega diferente para que todos o incluam, seja em jogos, ou atividades em.sala.

P-J Não

P-K Não, mas na minha escola temos alunos autistas na Educação Infantil

P-L A primeira ação é flexibilização do currículo é uma forma de estabelecer o vínculo e a cumplicidade entre pais e educadores, para que, no espaço escolar, ocorra a coesão de vontades, entre educadores e família, das competências estabelecidas para a educação do aluno com deficiência.

P-M Não

P-N Acompanho 3 alunos e procuro envolver em atividades que eles se identificam.

P-O Sim depende de cada interesse do aluno então faço o meu plano de acordo o seu interesse

16 Quais as atitudes, intervenções e recursos que a escola e o(a) professor(a) podem lançar mão para favorecer o processo de inclusão e alfabetização da criança?

P-A Paciência, materiais desestruturados para ativar sua criatividade, muita atividade lúdica, capacidade de decifrar seus sentimentos, trabalhar sua inteligência emocional e sua autonomia.

P-B Primeiramente atitude de acolhimento, as intervenções ficam muito a critério da professora titular e os recursos não são muitos, além da sala especializada (AEE) e não dá conta da demanda atual.

P-C Buscar diálogos com os alunos sobre as diferenças e o respeito, trazer algo que lhe chame atenção em forma de atividades que envolvam a todos os alunos.

P-D Um atendimento educacional especializado em todas as escolas seria o essencial e indispensável.

P-E Sempre compreender as dificuldades mas principalmente valorizar as habilidades desta criança.

P-F Sala de recursos

P-G Palestras para pais e professores

P-H Devem respeitar o tempo das crianças em qualquer atividade ou brincadeira.

P-I Atividades direcionadas mas não diferente dos demais, e sim adaptando para cada aluno.

P-J O professor pode trabalhar mais com as ferramentas digitais e lançar mão de atividades prontas

PK Computação

17 Atualmente, quais são as pessoas consideradas público alvo da educação especial?

P-A Autistas

P-B Síndromes, TEA, TOD, deficiências físicas (auditiva, visão ou de mobilidade)

P-C Hoje, todo aluno que apresenta alguma dificuldade de aprendizagem.

P-D Alunos com alguma dificuldade cognitiva ou física, com altas habilidades ou transtornos globais

P-E Autistas.

P-F Pessoas com deficiência (física, intelectual, social)

P-G Dificuldade de aprendizagem, transtornos de déficit de atenção e autismo

P-H Todos os que possuem laudos, ou que possuem maiores dificuldades.

P-I Com TEA, TDAH, DAWN e outros

P-J Todos que tem alguma deficiência ou necessidade especial

P-K Educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

P-L Alunos com deficiência

P-M Alunos com deficiência intelectual, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades.

P-N Os alunos com autismo

18 Noseu ponto de vista, qual a maior dificuldade de alfabetizar e letrar uma criança do público-alvo?

P-A Recursos fornecidos pela escola- monitores

P-B Entender realmente como funciona a necessidade especial na criança em questão e quais seus limitadores.

P-C Maior conhecimento por parte do professor. Os cursos focam muito em acolher e muito pouco em detalhar como funciona o cérebro de cada necessidade especial.

P-D Muitas vezes a família, pois a mesma coloca o aluno em uma "bolha" e não o deixa explorar suas habilidades e seus limites em sala de aula. E também conseguir chamar sua atenção para o que está sendo proposto, levando em consideração que muitas vezes o aluno está com os pensamentos longes ou sem interesse no tema que está sendo proposto já que sua curiosidade é em outra área ou assunto. Também temos a falha de auxiliares em sala que possam ajudar o professor na aplicação das atividades planejadas e adaptadas para o mesmo que exige mais auxílio para conseguir realizar elas

P-E A falta de apoio e de atendimento especializado.

P-F Depende de cada criança, com uma criança com deficiência intelectual, por exemplo, é difícil conseguir com que esta criança venha a reter o conteúdo abordado. Em uma criança com TDAH, a dificuldade maior está na concentração e agitação, e etc.

P-G Os recursos limitados e a grande proporção de alunos por professor que não tem auxiliar

P-H Muitos o próprio interesse da família em ajudar.

P-I Chamar sua atenção para o que realmente faz ele aprender.

P-J Suas limitações

P-K Não alfabetizamos na EI

P-L A falta de preparo pedagógico do professor

P-M Suas dificuldades de concentração

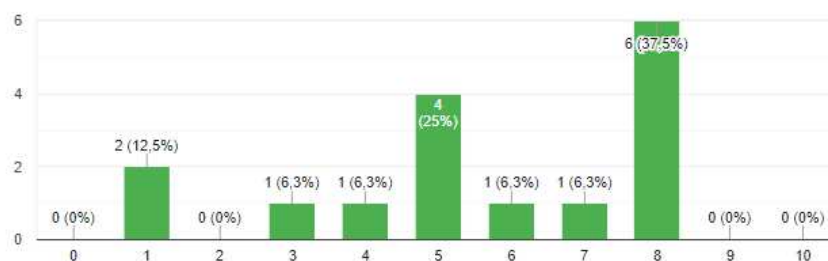
19 Em relação ao conhecimento que você possui sobre o desenvolvimento do processo de letramento de alunos com deficiência, em uma escala de 0 a 10, sendo 0 nenhum conhecimento e 10 muito conhecimento, o que você :

16 respostas

Em relação ao conhecimento que você possui sobre o desenvolvimento do processo de letramento de alunos com necessidades especiais, em uma escala de 0 a 10, sendo 0 nenhum conhecimento e 10 muito conhecimento, o que você :

[Copiar](#)

16 respostas

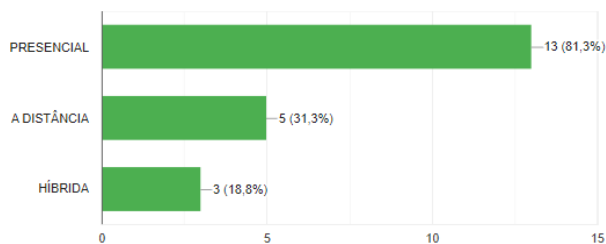


20 Marque, qual modalidade você prefere participar de formações?

Marque, qual modalidade você prefere participar de formações?

[Copiar](#)

16 respostas



21 Deixe sugestões do que você gostaria que fosse abordado em um curso de formação continuada para professores sobre alfabetização e letramento, na área de educação inclusiva.

P-A A visão da criança neste processo

P-B Conexões cognitivas do portador de necessidades especiais

P-C Algo sobre a família da criança inclusiva, como abordar alguns assuntos, como trazer ela mais para dentro da escola de maneira que auxilie o processo de alfabetização da criança.

P-D Não trabalho com alfabetização, mas sinto falta de formação continuada em educação inclusiva de modo geral, desde as coisas mais básicas como comportamento dessas crianças. Trabalho com autistas e criança com síndrome de down e o pouco que sei é de informações de redes sociais e televisão e pesquisas que faço por conta sobre o assunto.

P-E Quais os recursos e métodos para facilitar o desenvolvimento dos alunos

P-F Sobre autismo e suas diferenças.

P-G Como alfabetizar um autista não verbal

P-H Justamente a necessidade das prefeituras ofertarem cursos de formação para os professores, por não haver há muitos tabus e medos a respeito.

P-I Estratégias de ensino

P-J Gostaria que temas como: Autismo e

P-K Educação especial

Gostaria de expressar minha sincera gratidão por dedicar parte do seu tempo para responder ao meu questionário. Seu feedback é extremamente valioso e ajudará a aprimorar minha compreensão sobre o assunto abordado. Agradeço pela sua disposição em compartilhar sua opinião e experiência, pois isso me permitirá aprofundar minha pesquisa e alcançar melhores resultados. Seu apoio é muito importante e espero que possamos continuar trabalhando juntos em projetos futuros. Obrigado mais uma vez por sua contribuição significativa.